

**MANDADO DE SEGURANÇA Nº 19.292 - DF (2012/0215327-5)**

**RELATOR** : **MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO**  
**IMPETRANTE** : ROBERTO JOSÉ BARBOZA  
**ADVOGADO** : MARCELO PIRES TORREÃO E OUTRO(S) - DF019848  
**IMPETRADO** : MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA  
**INTERES.** : UNIÃO

**EMENTA**

ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. RETORNO DOS AUTOS PARA JUÍZO DE ADEQUAÇÃO, NOS TERMOS DO ART. 1.040 DO CÓDIGO FUX. ANISTIADO POLÍTICO. EFEITOS RETROATIVOS DA REPARAÇÃO ECONÔMICA. LEGITIMIDADE DO MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA. AFASTADA A DECADÊNCIA DA IMPETRAÇÃO. CABIMENTO DO *WRIT*. PREVISÃO DOS RECURSOS MEDIANTE RUBRICA PRÓPRIA NAS LEIS ORÇAMENTÁRIAS. POSSIBILIDADE DE EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA, POR MEIO DE PRECATÓRIOS, CASO NÃO SEJA POSSÍVEL O PAGAMENTO EM UMA ÚNICA PARCELA, EM DINHEIRO. INCIDÊNCIA DE JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA, NOS TERMOS DO MS 24.923/DF, Rel. MIN. HERMAN BENJAMIN, DJe 1.7.2019. APLICAÇÃO DO ART. 1o.-F DA LEI 9.494/1997 (COM REDAÇÃO DADA PELA LEI 11.960/2009) ÀS CONDENAÇÕES IMPOSTAS À FAZENDA PÚBLICA. ENTENDIMENTO FIRMADO EM SEDE DE RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA (RESP. 1.495.146/MG, REL. MIN. MAURO CAMPBELL MARQUES, DJE 2.3.2018). MANUTENÇÃO DA SEGURANÇA CONCEDIDA POR ESTA ÉGREGIA PRIMEIRA SEÇÃO ÀS FLS. 202/215. JUÍZO DE ADEQUAÇÃO PROCEDIDO.

1. Trata-se de Mandado de Segurança impetrado por ROBERTO JOSÉ BARBOZA, com fundamento nos arts. 5o., LXIX e 105, I, *b*, ambos da Constituição Federal, bem como na Lei 12.016/2009, em que alega comportamento omissivo supostamente praticado pelo MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA consistente no não pagamento dos valores retroativos relacionados à reparação econômica devida em virtude da concessão de anistia política pela Portaria 697, 25 de abril de 2005. A Segurança foi concedida pela egrégia Primeira Seção.

2. A União interpôs Recurso Extraordinário, que foi sobrestado até o julgamento do RE 553.710/DF. Tendo sido, posteriormente, admitido, pois a irresignação recursal cingia-se, exclusivamente, à incidência ou não de juros e correção monetária. Ocorre que o Recurso Extraordinário foi novamente sobrestado até o julgamento RE 870.947/SE, da relatoria do Ministro LUIZ FUX, que reconheceu a repercussão geral da matéria referente à *validade da correção monetária e dos juros moratórios incidentes sobre as condenações impostas à Fazenda Pública, conforme previstos no art. 1o.-F da Lei 9.494/1997, com a redação dada pela Lei 11.960/2009* (Tema 810/STF).

3. Com a posterior manifestação do Supremo Tribunal

Federal, determinou-se o retorno dos autos para os fins do art. 1.040, II do Código Fux (fls. 378/380).

4. O STF e o STJ firmaram compreensão de que os valores retroativos relacionados à reparação econômica devidos em virtude da concessão de Anistia Política aos Militares devem ser acrescidos de juros e de correção monetária, mesmo quando postulados em Mandado de Segurança. Nesse sentido: RE 553.710/DF, Rel. Min. DIAS TOFFOLI, DJe 23.8.2018 e MS 24.923/DF, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, DJe 1.7.2019.

5. Quanto aos juros e correção monetária, *a questão foi finalmente consolidada nesta Corte, no julgamento do REsp.1.495.146/MG, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, DJe 2.3.2018, onde se firmou a compreensão que as condenações judiciais referentes a Servidores e Empregados Públicos, sujeitam-se aos seguintes encargos: (a) até julho/2001: juros de mora: 1% ao mês (capitalização simples); correção monetária: índices previstos no Manual de Cálculos da Justiça Federal, com destaque para a incidência do IPCA-E a partir de janeiro/2001; (b) agosto/2001 a junho/2009: juros de mora: 0,5% ao mês; correção monetária: IPCA-E; (c) a partir de julho/2009: juros de mora: remuneração oficial da caderneta de poupança; correção monetária: IPCA-E.*

6. Procedendo o juízo de adequação, conforme disposto no art. 1.040, II do Código Fux, mantém-se o acórdão de fls. 202/215, na parte em que se determinou à Autoridade Impetrada o cumprimento integral da Portaria 697, de 25 de abril de 2005, do Ministro de Estado da Justiça, atentando-se para o pagamento dos efeitos retroativos advindos do reconhecimento da condição de Anistiado Político, nos termos da Lei 10.559/2002, acrescido de juros e correção monetária, observado o decidido na Questão de Ordem no MS 15.706/DF e, ainda, quanto aos juros e correção monetária, aplica-se o entendimento firmado no Resp. 1.495.146/MG.

## ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas a seguir, por unanimidade, conceder a segurança, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Og Fernandes, Mauro Campbell Marques, Assusete Magalhães, Sérgio Kukina, Regina Helena Costa, Gurgel de Faria e Herman Benjamin votaram com o Sr. Ministro Relator.

Ausente, justificadamente, o Sr. Ministro Francisco Falcão.

Brasília/DF, 25 de fevereiro de 2015 (Data do Julgamento).

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO  
MINISTRO RELATOR